



Mário Abrantes

## Um esclarecimento pouco cuidado

Tendo sido negligenciada à partida, mereceu finalmente no passado dia 1 do corrente um esboço de explicação, da parte da tutela (Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública), a grande e grave intervenção depredatória que está em curso na fábrica do açúcar da SINAGA com vista ao que parece ser a intenção, pelo governo regional das direitas coligadas, do seu parcial ou total desmantelamento.

O menos que se poderá dizer é que se tratou de uma tentativa de explicação pouco cuidada, com enorme falta de rigor, pouco transparente e muito pouco tranquilizadora. Os mais interessados nessa explicação, isto é, a cidade de Ponta Delgada, e a freguesia de Santa Clara em particular, mereceriam um pouco mais de consideração por parte da tutela.

Começa a SRFPAP por afirmar que o desmantelamento da fábrica já está em curso desde 2017, o que não corresponde à verdade, pois o que se apura ter acontecido desde então, aquando da suspensão da produção de açúcar de beterraba, foi a alienação de alguns equipamentos não necessários como tratores e outros. Só com a intervenção atual se iniciou aquilo que parece ser um processo acelerado de desmantelamento na histórica estrutura fabril.

Afirma depois a tutela, sem desmentir que a intervenção atinge o centenário núcleo da fábrica, que o que se está a desmantelar são equipamentos, alguns de grandes dimensões, extremamente degradados e obsoletos, que oferecem perigo estrutural, sem qualquer valor comercial e não suscetíveis de integrar qualquer projeto museológico.

Ora antes de mais, as afirmações da tutela poderiam até ser verdadeiras, mas são simples afirmações que, tratando-se de intervir sobre

património histórico centenário, careceriam de ser atestadas por entidade avaliadora idónea e independente antes de qualquer intervenção no terreno.

Além disto, o esclarecimento da SRFPAP sobre a intervenção em curso revela-se mesmo contraditório com a afirmação do próprio Secretário Regional no Parlamento Regional, plasmada no Correio dos Açores de 24 de setembro passado, aquando do debate sobre o decreto de extinção da SINAGA. Dizia ele: “Após a conclusão do processo legislativo, será avaliada a oportunidade de venda dos imóveis, da marca, e dos equipamentos industriais da SINAGA”. Ora o que se verifica é que, em simultâneo com esta afirmação, e antes mesmo da aprovação do decreto legislativo de extinção em 28 de setembro (que, ao que sei, nem sequer publicado está ainda), já o desmantelamento estava contratado e em curso, já os equipamentos tinham afinal sido considerados como sucata e nenhuma “oportunidade posterior da sua venda” foi pelos vistos “avaliada” ...

Restam-me duas perguntas:

Mesmo sem manutenção, como passa a sucata sem qualquer valor comercial, em pouco mais de três anos, uma unidade fabril no ativo?

Valores patrimoniais únicos, com carácter histórico e cultural, mesmo em estado obsoleto, degradado e sem valor comercial, não podem/devem ser preservados para o futuro? A ser assim, foram então felizmente bem diferentes os critérios que permitiram a existência hoje, por exemplo, do Museu Fábrica da Baleia de Porto Pim, na Horta, ou do Museu da Indústria Baleeira, antiga Fábrica da Baleia Armações Reunidas, Lda, em S. Roque do Pico...



António Valdemar

## Cristóvão de Aguiar, um açoriano universal

A obra literária de Cristóvão de Aguiar encontra – se visceralmente ligada aos Açores e aos problemas culturais, políticos e sociais que dominaram o mundo. Viveu a segunda metade do século XX e a transição para o século XXI com intensidade, persistência e envolvimento cívico.

Empenhou-se na oposição ao salazarismo e ao marcelismo quando se encontrava radicado em Coimbra a estudar na Faculdade de Letras e, após concluir o curso, ao enveredar para o magistério e para a colaboração em revistas e jornais. Fez o que permanecia ao seu alcance para combater a ditadura, apoiada na repressão da Censura e da polícia política. Mobilizado para a Guerra colonial, em plena carreira universitária, registou no seu livro Braço Tatuado as emoções violentas e os traumas provocados na frente de combate da Guiné. Celebrou depois – como cidadão e como escritor – a liberdade reconquistada em 25 de Abril, para a defesa de causas nacionais e universais associadas aos valores da justiça social e da solidariedade humana.

As principais obras de Cristóvão de Aguiar – em meu entender – são a trilogia Raiz Comovida e os dois volumes com o título genérico Relação de Bordo. Ambas de temática açoriana, repartida entre as ilhas de São Miguel e do Pico que se tornou uma das suas paixões pes-

soais e literárias. Estamos perante um escritor que, através da ficção e num conjunto muito diversificado de anotações ao quotidiano, possui o instinto da língua, numa escrita vivida, sentida e elaborada, em luta permanente contra os efeitos fáceis das várias retóricas.

Cristóvão de Aguiar foi reconhecido na sua terra, na sua região e a nível nacional. A Academia das Ciências atribuiu á Raiz Comovida, um dos últimos prémios Ricardo Malheiros; obteve o Premio Literário Miguel Torga/ Cidade de Coimbra; e o Grande Prémio Literatura Biográfica da Associação Portuguesa de Escritores. Foi agraciado, em 2001, pelo Presidente Jorge Sampaio com a Ordem do Infante D Henrique. E sem ser um colecionador de homenagens e de condecorações, podemos acrescentar que recebeu, ainda, a Insignia Autonomica de Reconhecimento da Região dos Açores e a medalha de mérito municipal da Ribeira Grande.

Todas estas manifestações de incontestável apreço distinguiram o escritor que se afirmou entre os mais significativos da sua geração. Para quem teve o privilégio do seu convívio – e recorde, com emoção, no momento da sua morte – Cristóvão de Aguiar também foi, em circunstâncias difíceis, um homem de princípios e um homem de carácter.